

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.251 - DF (2019/0356631-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : FRANCISCO KLAITON FERNANDES ALVES (PRESO)  
**ADVOGADO** : MARCOS ELIAS AKAONI DE SOUZA DOS SANTOS ALVES E OUTRO(S) - DF053946  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FRANCISCO KLAITON FERNANDES ALVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no julgamento do HC n. 0721086.53.2019.8.07.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, pela prática de crimes previstos no art. 288, *caput*, do CP (associação criminosa) e art. 155, §4º, incisos II e IV c/c o art. 14, inc. II do CP (furto qualificado tentado). A prisão foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado, *in verbis*:

**“HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ORDEM DENEGADA.**

1. O prazo para a formação da culpa não se submete a critérios aritméticos rígidos, tendo como cetro o princípio da razoável duração do processo, a ser aquilatado consoante as circunstâncias do caso concreto.

2. Na espécie, os prazos processuais não se mostram injustificados, tampouco há evidência de desídia do juízo na condução do feito, cuja tramitação se mostra regular e condizente com as peculiaridades do feito.

3. É de ser mantida a decisão que decreta a prisão preventiva para garantia da ordem pública, com fundamento na gravidade do delito, evidenciada pelas circunstâncias do fato e por seu modo de agir.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. *É firme a jurisprudência no sentido de que ocupação lícita e endereço certo não constituem axiomas em favor da liberdade, desde que presentes os requisitos permissivos da custódia cautelar estampados nos artigos 312 e 313, do Código de Processo Penal.*

5. *Ordem conhecida e denegada.”*

No presente feito, alega ocorrência de excesso de prazo, salientando que a prisão, sem expectativa de conclusão do trâmite processual, ultrapassa 5 meses.

Argumenta a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e invoca requisitos pessoais favoráveis. Assevera a desproporcionalidade da manutenção da prisão em face da pena a ser porventura aplicada.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação a custódia, ainda que com determinação de medida cautelar prevista no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso traz pedido idêntico ao formulado no RHC 120.508/DF, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no julgamento do HC n. 0721086.53.2019.8.07.0000.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*, reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.**

**MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.*

*II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.*

*Agravo regimental desprovido* (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente recurso em *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

